
200 ANOS DE MARX: CONTRIBUIÇÕES AO PENSAMENTO ECONÔMICO

Rosalina Lima Izapao¹
Eloah Cabreira Brito²

RESUMO. Em 2018 comemoram-se os 200 anos do nascimento de Karl Marx, um dos maiores intelectuais do mundo contemporâneo. Suas ideias e seus escritos mantêm-se relevantes e atuais em muitas áreas do conhecimento. O presente artigo que tem como objetivo discorrer sobre algumas das ideias deste filósofo economista, visando apontar suas principais contribuições à evolução do pensamento econômico. O artigo encontra-se estruturado em cinco seções, incluindo a introdução e as considerações finais. A segunda seção discorre sobre o contexto histórico vivido por Marx e suas principais obras; a terceira analisa algumas das contribuições de Marx ao pensamento econômico, destacando a obra “O capital”, suas ideias, os problemas por ele pesquisados e as soluções apresentadas; a quarta aborda alguns autores que desenvolveram suas obras com base nas teorias do Marx e as considerações finais destacam a importância do pensamento e dos estudos de Marx para a compreensão do Capitalismo.

Palavras-chave: Economia política. O capital. Marx.

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2018 tem sido marcado por algumas comemorações e homenagens a Karl Marx (1818-1883), em virtude dos 200 anos de seu nascimento. Neste mesmo ano também se comemoram os 160 anos de “Os *Grundrisse*”³, manuscritos redigidos sem visar publicação, mas que são considerados por alguns estudiosos como o esboço ou o ensaio do que viria a ser a obra “O Capital”, livro mais conhecido de Marx e que trouxe grandes contribuições à evolução do pensamento econômico e à compreensão do capitalismo.

Assim, em virtude da importância de Marx e seus escritos ao pensamento econômico, elaborou-se o presente artigo que tem como objetivo discorrer sobre algumas das ideias deste filósofo economista, visando apontar suas principais contribuições à evolução do pensamento econômico. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa que pode ser caracterizada por seus objetivos, como bibliográfico-descritiva, desenvolvida a partir dos livros escritos por Marx e, também, por seus intérpretes, além de artigos científicos sobre o tema.

O artigo encontra-se estruturado em cinco seções, incluindo a introdução e as considerações finais. A segunda seção discorre sobre o contexto histórico vivido por Marx e suas principais obras. A terceira seção analisa algumas das contribuições de Marx ao pensamento econômico, enfatizando-se na obra “O capital”, suas ideias, os problemas por ele pesquisados e as soluções apresentadas. A quarta seção aborda alguns autores que desenvolveram suas obras com base nas teorias do Marx. As considerações finais destacam a importância do pensamento e dos estudos de Marx para a compreensão do Capitalismo, inclusive nos dias atuais

2 KARL MARX: CONTEXTO HISTÓRICO E OBRAS

A evolução do pensamento econômico é fruto das transformações históricas presentes em cada época. Passando da Grécia antiga para as contribuições trazidas na Idade Média pelos santos da Igreja Católica, que representava o centro do poder e influência daquele período. Dentre estes, citam-se santo Agostinho (século IV) e, mais tarde, santo Tomás de Aquino e a escolástica (século XIII), quando o pensamento econômico se revela por meio da união de elementos como a fé cristã e a filosofia.

¹ Professora Adjunta/Departamento de Economia/UEM

² Professora Assistente. Departamento de Economia/UEM

³ Os *Grundrisse* são manuscritos de Marx de 1857-1858, contendo mais de 800 páginas onde o autor tratou de vários temas que retomaria posteriormente e os aprofundaria em O Capital. Entre estes assuntos tratados, se destacam: propriedade privada da terra, capital, salários, as funções do Estado e questões relativas à mais valia, às quais partiram da crítica da economia política de Adam Smith e David Ricardo.

Mais tarde, no período que marcou o início da Idade Moderna, até meados do século XVIII, tem-se o surgimento do mercantilismo, doutrina baseada na intervenção estatal e no protecionismo, que se originou do declínio do feudalismo e da emergência do capitalismo comercial na Europa. Em oposição a esse pensamento, surgiu a fisiocracia, ainda em meados do século XVIII, na França, corrente de pensamento que considerava a agricultura a atividade dinâmica por excelência, a única produtiva de fato e capaz de gerar riqueza para a nação.

No último quartel do século XVIII, mais especificamente no ano de 1776, foi publicada a obra que marcou o surgimento da economia como ciência, “Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”, mais conhecida como “A riqueza das nações”, de Adam Smith. A referida obra fez parte da corrente de pensamento denominada de escola clássica, que foi predominante em todo o século XIX e cujos preceitos ainda sobrevivem aos dias atuais. Seus representantes, Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823), Thomas Malthus (1766-1834) e John Stuart Mill (1806-1873), dentre outros, defendiam o *laissez-faire*, ou liberalismo econômico, além da ênfase ao Estado mínimo e a crença na existência de uma ordem natural.

A partir da década de 1870, a escola clássica e seus preceitos avançaram e adquiriram uma nova roupagem, notoriamente, pelo uso intensivo de recursos matemáticos, com a escola neoclássica, também conhecida como marginalista, que era voltada ao estudo da microeconomia e ao desenvolvimento da teoria da utilidade marginal e das análises de equilíbrio geral e parcial.

Em contraposição aos pensadores clássicos e neoclássicos, além de outros autores, se destacam Karl Marx e Friedrich Engels, no século XIX. Partindo de uma crítica teórica e da análise das leis de funcionamento do capitalismo, por meio do método do materialismo histórico e dialético, Marx mostrou as contradições no pensamento dos seus antecessores e, principalmente, do Capitalismo, enquanto sistema econômico.

A economia mundial no século XIX, época vivida por Marx, encontrava-se em constantes transformações, impulsionadas pela expansão da industrialização, pelo avanço da ciência e pela consolidação do capitalismo como sistema econômico hegemônico. Nessa época, enquanto a riqueza crescia concentrada nas mãos de poucos, a pobreza e a miséria da grande maioria da população levavam ao fortalecimento da consciência de parte da classe trabalhadora e de alguns pensadores sobre a necessidade de uma reordenação política da sociedade e da produção como possibilidade de superação da exploração e das desigualdades.

Os movimentos revolucionários que explodiram em toda a Europa, em meados do século XIX, comprovam isso. Foi, também, nesse contexto, que dois grandes intelectuais, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), coautor, editor e companheiro de luta de Marx, elaboraram e publicaram suas obras, que tratavam da interpretação e de propostas para a transformação da sociedade, num sistema que consideravam justo. Marx, além dos estudos históricos, sociológicos, filosóficos, econômicos e políticos que deixou para a humanidade, juntamente com Engels, militou fortemente em prol da classe trabalhadora. Entre as obras escritas por Marx, de maior destaque, citam-se:

a) Manuscritos econômicos-filosóficos, de 1844: onde Marx traça uma concepção humanista do comunismo, sistema, que, segundo Marx, permitiria aos seres humanos a convivência livremente cooperativa, sem a alienação do trabalho presente fortemente no sistema econômico capitalista (MARX, 2015; FEIJÓ, 2007).

b) A miséria da filosofia, de 1847: escrita em resposta à “Filosofia da miséria” do Sr. Proudhon. Neste livro, mais do que uma crítica ao socialismo reformista de Proudhon, Marx inicia a construção de uma teoria social que tem por necessidade a crítica da economia política. Pensamento que mais tarde seria completado em “O Capital” (MARX, 1985; PAULO NETTO, 1985).

c) A ideologia alemã, em coautoria com Engels, em 1848: onde os autores apresentam uma análise filosófica, mostrando que o pensamento dos indivíduos é determinado pelas forças socioeconômicas, nos diferentes modos de produção (comunismo primitivo, modo de produção escravista, modo de produção feudal, modo de produção capitalista e comunismo). Nesta obra os autores estabelecem as bases do materialismo histórico (FEIJÓ, 2007).

d) Manifesto Comunista, em coautoria com Engels, em 1848: trata-se de uma análise política, onde os autores evidenciam a luta de classes e convocam os trabalhadores à união em prol de seus objetivos revolucionários.

e) O dezoito brumário de Luís Bonaparte, de 1852: onde Marx apresenta uma análise histórica sobre o golpe de Estado de Napoleão III e o bonapartismo como forma de governo que atende aos interesses da burguesia francesa.

f) Salário, preço e lucro, em 1865: Trata de um texto lido por Marx na Reunião do Conselho Geral da Primeira Internacional em julho de 1864, onde o autor expôs as bases da sua teoria da mais valia, além de fundamentar teoricamente a importância da luta econômica dos trabalhadores perante a exploração da mão de obra pelo capital (MARX, 1985a).

g) O capital, volume I, em 1867: Nessa obra, Marx faz uma crítica teórica ao capitalismo, evidencia as suas leis de funcionamento e mostra como o referido sistema será destruído pelo movimento revolucionário dos trabalhadores, após o aprofundamento das suas contradições internas.

h) A guerra civil na França, em 1871: onde Marx apresenta uma análise sobre a Comuna de Paris.

i) Crítica ao programa de Gotha, em 1875: onde Marx critica as propostas social-democratas em voga na Alemanha da época.

j) Volumes II e III de “O capital”, publicados por Engels, em 1885 e 1894, respectivamente, após o falecimento de Marx, ocorrido em 1883.

Além destes escritos, Marx publicou, ainda, obras como: Crítica à doutrina do Estado de Hegel e Cartas à Arnold Ruge, ambas em 1843; A questão judaica, A sagrada família e Cadernos de Paris, as três em 1844; Teses sobre Feuerbach, em 1845; Liga comunista, em 1847; Discurso: sobre a lei do livre comércio, em 1848; A revolução russa do século XVII na Inglaterra e A luta de classe na França, ambas em 1850; Introdução à contribuição para a crítica à economia política e Formações econômicas pré-capitalistas, ambas em 1857; Teorias da mais valia, em três volumes, em 1861; A abolição da propriedade privada, em 1869; A guerra civil na França, em 1871; entre vários outros manuscritos, artigos e livros.

De todas as obras de Marx, “O Capital” é sem dúvida a principal delas na área do pensamento econômico. Nesta obra busca “descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna” (MARX, 2016, p. 18), com base na observação do capitalista inglês, o clássico, em razão da disponibilidade de dados, não visando impedir o desenvolvimento do sistema capitalista, mas para tentar amenizar “as dores do parto”, nas demais sociedades.

3 O CAPITAL E AS CONTRIBUIÇÕES DE MARX AO PENSAMENTO ECONÔMICO⁴

Em *O capital*, Marx mostrou, sob a perspectiva histórica, que o capitalismo é um modo de produção de mercadorias, incluindo-se, nesta categoria, a força de trabalho. Esse modo de produção foi gerado no início da Idade Moderna, no século XV e consolidado com a I Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, em 1750. Trata-se de um sistema econômico, cuja existência depende da concentração da propriedade dos meios de produção em mãos de uma classe social, a capitalista, e da presença de outra, no caso a classe trabalhadora, que, para subsistir, tem que vender a única mercadoria que possui, ou seja, a força de trabalho (MARX, 2016; CATANI, 1984).

A divisão social do trabalho e a troca também são condições fundamentais ao sistema econômico capitalista, de acordo com Marx, porque as pessoas não possuem todas as qualificações necessárias para produzirem tudo o que necessitam para sobreviver. Assim, todos dependem uns dos outros para adquirir produtos, por meio da troca. O problema é que, no capitalismo, a primeira motivação da produção não é o atendimento às necessidades do trabalhador ou do capitalista, mas, sim, o lucro, que será transformado em capital adicional para ser usado na ampliação da produção, visando a mais lucro e ao domínio do mercado.

Segundo Marx (apud FEIJÓ, 2007), antes de chegar ao estágio capitalista, a sociedade havia passado por três estágios: (i) o comunismo primitivo, em que não existiam classes antagônicas; (ii) os modos de produção escravista, na Antiguidade Clássica, de 4.000 a.C. a 476, e o asiático, que também utilizava trabalho escravo; e (iii) o modo de produção feudal, que prevaleceu de 476 a 1453, quando predominaram o trabalho escravo e o servil, respectivamente, além da exploração e do conflito de classes. Somente com o declínio do feudalismo é que se tem a ascensão do modo de produção capitalista, que é analisado com profundo rigor científico em “O capital”.

Marx (2016) inicia “O capital” pela análise da mercadoria, pois entende que, no modo de produção capitalista, a riqueza é representada pelo acúmulo de mercadorias, que são produzidas pelo

⁴ Esta seção apresenta um resumo da principal obra de Marx para o pensamento econômico, “O Capital: crítica da economia política”, para tanto utiliza como referência Marx (2016) e Marx (2015), e “O Capital: o processo global de produção capitalista”, com base em Marx (2008).

trabalho assalariado. É importante destacar que a própria força de trabalho vendida pelo trabalhador para o capitalista é uma mercadoria.

Toda mercadoria possui valor de uso e valor de troca. Enquanto o valor de uso se relaciona com as propriedades da mercadoria e sua capacidade de atendimento das necessidades humanas, o valor de troca consiste no tempo de trabalho médio necessário à sua produção, dadas as condições técnicas de produção da sociedade.

Contudo, no sistema capitalista, segundo Marx, a aparência esconde a essência, e o valor da mercadoria não é visto como derivado da quantidade de trabalho nela contida, mas como fruto das propriedades materiais desta (utilidade) ou das relações de troca (oferta e demanda). Essa dissimulação é explicada por Marx (2016, p. 94) através do fetichismo da mercadoria:

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos.

Marx (2016) destaca também, que o dinheiro só se transforma em capital, quando sua aplicação não visa o atendimento de uma necessidade, ou seja, não é utilizado como um mero instrumento de troca – como ocorre na circulação simples –, mas quando é aplicado objetivando a acumulação crescente de capital.

A forma de circulação que transforma o dinheiro em capital é expressa por $D - M - D'$, nela o capitalista compra as mercadorias, meios de produção e força de trabalho, que no processo de produção geram mercadorias com valor superior ao por ele desembolsado, e ao serem vendidas proporcionam um valor adicional, a mais valia. “O valor originalmente antecipado não só se mantém na circulação, mas nela altera a própria magnitude, acrescenta uma mais-valia, valoriza-se. E esse movimento transforma-o em capital” (MARX, 2016, p. 183).

Esse valor excedente é gerado na esfera da produção e realizado (convertido em dinheiro) na esfera da circulação. Para tanto é necessário que o capitalista adquira uma mercadoria que possua uma propriedade especial, a de criar valor superior ao seu próprio, tal mercadoria é a força de trabalho, uma vez que essa possui valor de uso e troca, permitindo que o primeiro seja superior último.

A propriedade de produzir valor superior ao seu próprio é um fator que leva o capitalista a adquirir a força de trabalho e colocá-la em movimento, uma vez que o processo de trabalho só lhe interessa como meio de extração da mais valia. Em razão dessa propriedade Marx classifica a força de trabalho como capital variável, diferindo do capital constante, os meios de produção, que diferentemente da força de trabalho, não geram mudança da magnitude de seus valores no processo produtivo, só transferem ao produto o valor que já existia na sociedade, assim, só há mudança da forma desse valor e não em sua magnitude.

No modo de produção capitalista, pertencem ao capitalista os meios de produção, a força de trabalho e, portanto, o produto do trabalho. Assim o capitalista compra a força de trabalho por seu valor por determinado período, um dia de trabalho, por exemplo, e neste período tal força lhe pertence assim como o produto deste processo. Se neste período o trabalhador produz valor superior ao equivalente a seu salário, ou seja, um excedente que Marx chamou de mais valia, este é apropriado pelo capitalista.

Deste modo, a jornada de trabalho pode ser dividida em duas partes, em uma parcela do dia o trabalhador produz valor equivalente ao seu salário, trabalho pago, a na outra parcela produz valor que será apropriado pelo capitalista, mais valia ou trabalho não pago.

Como objetivo do capitalista é a valorização de seu capital, busca elevar constantemente a parcela de trabalho não pago em relação à parcela do trabalho pago, ou seja, ampliar o grau de exploração da força de trabalho. Para tanto, há dois meios de extração da mais valia:

1 - Através do prolongamento da jornada de trabalho acima do tempo necessário à produção de valor equivalente ao salário do trabalhador (mais valia absoluta);

2 - Através da redução do tempo de trabalho necessário à produção de valor equivalente à remuneração do trabalhador, com consequente aumento do trabalho excedente (mais valia relativa). Este tipo de mais valia só é atingível com aumento da produtividade do trabalho (através de tecnologias, cooperação, divisão do trabalho, etc.).

Quando ao primeiro método, Marx explica que a grandeza da jornada de trabalho é variável, apresentando um limine mínimo que, no sistema capitalista, deve ser superior ao trabalho necessário (período da jornada em que o trabalhador produz valor equivalente ao seu salário), e um limite máximo determinado duplamente por limites físicos (o dia tem somente 24 horas, nas quais o trabalhador precisa de determinado tempo para a satisfação de suas necessidades físicas básicas) e morais (o grau de civilidade de uma sociedade impõem algumas necessidades morais ao trabalhador, que também demandam tempo para sua execução).

Enquanto os trabalhadores preferem jornadas mais próximas ao limite mínimo, os capitalistas preferem as próximas ao limite máximo, pois com isso, obtém um maior montante de mais valia. Assim, é a luta de classes que determina a extensão da jornada de trabalho na sociedade capitalista.

Quando ao segundo método, Marx destaca que a elevação da produtividade, que permite a ampliação do montante de mais valia relativa extraída do trabalhador, pode ser obtida por meio: (i) da cooperação; (ii) da divisão do trabalho; e (iii) da maquinaria.

De acordo com Marx, a cooperação é a principal causa da elevação da produtividade, pois cria uma força coletiva de trabalho superior à soma das forças individuais, ela está presente nas demais formas de extração de mais valia relativa, uma vez que a divisão do trabalho fundamenta-se na cooperação, e com a adoção da maquinaria o trabalhador passa a cooperar não somente com outros trabalhadores, mas, também, com as máquinas. “Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mais conexos” (MARX, 2016, p. 378).

O ponto de partida da produção capitalista se dá histórica e conceitualmente, segundo Marx (2016, p. 375),

[...] quando um mesmo capital particular ocupa, de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia a sua escala e fornece produtos em maior quantidade. A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista. Nos seus começos, a manufatura quase não se distingue, do ponto de vista do modo de produção, do artesanato das corporações, a não ser através do número maior de trabalhadores simultaneamente ocupados pelo mesmo capital. Amplia-se apenas a oficina do mestre artesão.

Assim, o ponto de partida da produção capitalista ocorre com a concentração de maior número de trabalhadores sob o domínio de um mesmo capital, o que acarreta elevação da produtividade e, conseqüentemente, redução do preço das mercadorias, levando a um aumento do trabalho excedente em relação ao necessário.

A força coletiva é a razão do aumento da produtividade, mas esta só existe com o emprego simultâneo de muitas forças de trabalho, o que depende da magnitude do capital investido pelo capitalista⁵.

A cooperação também será importante para evidenciar os antagonismos do modo de produção capitalista, uma vez que necessita do comando do capital sobre o ritmo de produção e sobre a coordenação das diversas forças individuais. Ao reunir os trabalhadores sob o mesmo julgo e os submeter as mesmas condições de exploração, objetivando a ampliação da mais valia relativa, o capitalista os mostra como sua força coletiva supera a soma de suas forças individuais no processo de trabalho. Estes podem perceber que sua força coletiva pode ser usada, além da produção, contra o capitalista que os explora.

De acordo com Marx (2016), no período manufatureiro, que se estendeu do século XVI ao último terço do século XVIII, a cooperação baseada na divisão do trabalho assumiu a sua forma clássica. E a manufatura, por promover a divisão do trabalho, criou um trabalhador mutilado que se especializa na realização de um trabalho parcial e que só funciona como parte da manufatura capitalista,

⁵ Marx destaca que a cooperação exclusiva do sistema capitalista é a baseada em trabalho assalariado, mas que historicamente existiram outros tipos de cooperação, como a baseada na propriedade comum dos meios de produção, ou na relação do indivíduo com sua tribo, ou na servidão, escravidão. Sem cooperação não seria possível a construção das pirâmides do Egito nem das Igrejas da Idade Média.

por isso que Marx conceitua a manufatura como “um mecanismo de produção cujos órgãos são serem humanos” (MARX, 2016, p. 393).

O trabalhador coletivo que constitui o mecanismo vivo da manufatura consiste apenas nesses trabalhadores parciais, limitados. Por isso, produz-se em menos tempo ou eleva-se a força produtiva do trabalho, em comparação com os ofícios independentes. Também aperfeiçoa-se o método do trabalho parcial, depois que este se torna função exclusiva de uma pessoa (MARX, 2016, p. 394).

A maior intensidade da produção e especialização, decorrentes da fixação do trabalhador a uma única função, de modo a não necessitar mudar de ferramenta de trabalho ou etapa produtiva, assim como o aperfeiçoamento das ferramentas, acarretam o aumento da produtividade e, conseqüentemente, de mais valia.

Contudo, Marx destaca que como a base da manufatura era o trabalho manual⁶, com o tempo surgiram barreiras ao desenvolvimento do capitalismo que a manufatura não conseguia transpor. Para a superação desta, surgiu a maquinaria e a grande indústria, que tinha como objetivo a redução do trabalho necessário para aumento da mais valia. Assim, Marx (2016, p. 427) ressalta que, “Na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumento de trabalho”.

A maquinaria revoluciona o modo de produção, uma vez que permite, inicialmente, que um operário movimente simultaneamente um número de ferramentas impensáveis no processo de produção baseado na manufatura e, posteriormente, por desvincular o movimento da ferramenta da força humana, e vinculá-la a uma força mais contínua, uniforme e potente, tendo como força motriz uma máquina a vapor.

A revolução no modo de produção de um ramo, afetava os demais, pois a elevação da produtividade produzida pela introdução da maquinaria, exigia que o setor fornecedor de matérias-primas do primeiro, elevasse sua produtividade significativamente, demandando a implantação do processo de produção mecanizado.

Outros setores que precisaram se modernizar foram os de comunicação e transporte, para possibilitar o escoamento da produção em grande escala e a aquisição de meios de produção de outras regiões de modo a não inviabilizar a produção fabril.

Entretanto, alguns setores demorariam a adotar a maquinaria em sua base produtiva, isso porque o objetivo do capitalista consiste na obtenção de lucros crescentes, independentemente da forma de produção, e com a implantação da maquinaria em muitos ramos, houve crescimento do desemprego, que acarretou redução do nível salarial, mantendo extremamente lucrativo a utilização de trabalho manual em determinados setores, tornando desnecessária a implantação da maquinaria.

Em velhos países civilizados, a aplicação da máquina em alguns ramos provoca tal excesso de trabalho (*dedundancy of labour*, diz Ricardo) em outros ramos que, nestes, a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede a aplicação de máquinas, tornando-a muitas vezes impossível, supérflua, do ponto de vista do capital, cujo lucro deriva não da diminuição do trabalho empregado, mas da diminuição do trabalho pago (MARX, 2016, p. 450).

Marx destaca as conseqüências da produção mecanizada sobre o trabalho, são elas: (i) apropriação pelo capital das forças de trabalho suplementares: o trabalho feminino e infantil; (ii) prolongamento da jornada de trabalho; (iii) intensificação do trabalho.

Uma vantagem da maquinaria é que esta simplifica o trabalho, de modo a não exigir uma especialização do trabalhador, com isso amplia a oferta de trabalho ao possibilitar o emprego de mão de obra feminina e infantil, que passam a ser preferidas pelos capitalistas em razão de seu menor custo.

Outra vantagem, para o capitalista, advinda desta expansão da oferta de trabalho é a criação de um exército industrial de reserva (desempregados), que permite uma maior exploração e submissão dos trabalhadores, além da manutenção de baixos salários.

⁶ O que difere à manufatura da indústria moderna é que na primeira o movimento do instrumento de trabalho é dado pelo homem, já na indústria, o trabalho deixa de ser manual, e quem move a ferramenta no processo de trabalho é a maquinaria.

O aperfeiçoamento contínuo da maquinaria, demandado pela própria concorrência do sistema capitalista, permite a maior exploração do trabalho, elevando a produtividade e a extração de mais valia, pelo aumento do ritmo de trabalho.

O avanço da industrialização é intensificado pela expansão das leis fabris que tentavam limitar a exploração dos trabalhadores, uma vez que as máquinas, que substituíam a mão de obra, não estavam sujeitas a limitações de jornada de trabalho, não estavam obrigadas às pausas para refeições, idade mínima, etc.

Uma consequência desse processo é concentração de capital que inviabiliza, via concorrência, as demais formas de produção baseadas no trabalho manual.

Ao arruinar a pequena indústria e o trabalho a domicílio, destrói os últimos refúgios dos trabalhadores supérfluos e, portanto, a válvula de segurança que até agora tem preservado todo o mecanismo social. Ao favorecer as condições materiais e as combinações sociais do processo de produção, aguça as contradições e os antagonismos da forma capitalista de produção, amadurecendo, ao mesmo tempo, os elementos formadores de uma sociedade nova e os destruidores da sociedade antiga (MARX, 2016, p. 568).

A aplicação da maquinaria na agricultura eleva a produtividade do campo demandando um pequeno número de trabalhadores, os demais, desempregados migram para as cidades em busca de emprego e elevam o exército industrial de reserva.

Para Marx (2015), a substituição do camponês pelo trabalhador assalariado e o crescimento do êxodo rural fizeram aumentar o proletariado urbano, muito mais do que a grande indústria que revolucionou a manufatura, o artesanato e a atividade domiciliar. A todos os problemas gerados por essa transferência de trabalhadores do campo para a cidade, acrescem-se, ainda, os doentes, as crianças, as viúvas, os incapacitados para o trabalho e o *lumpen*-proletariado, composto por delinquentes e vagabundos.

Assim, de acordo com Marx (2015), a lei geral da acumulação capitalista evidencia que para que se gere cada vez mais riqueza para os donos do capital e é essencial o aumento da miséria dos trabalhadores.

Isso ocorre, pois, o processo de acumulação capitalista, ou seja, o reinvestimento da mais valia crescente, tem como motor o crescimento da produtividade, que leva à redução do montante de mão de obra empregado em relação ao montante de capital investido, e reinvestido, gerando o surgimento de uma população de trabalhadores supérflua, os desempregados.

Esse exército industrial de reserva é importante à acumulação, uma vez que contribuem para a manutenção de baixos salários e para a subordinação dos trabalhadores empregados ao capital, que temem por seus empregos. Assim, quanto maior o desemprego, maior a exploração dos empregados, e maiores os lucros dos capitalistas.

A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial reserva, numa escala correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 2016, p. 748).

Em um polo há crescimento da riqueza, e do outro, no polo produtor desta, há elevação da miséria. “Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista” (MARX, 2015, p. 756). Para Marx, o que motiva o capitalista à produção é o lucro, para ser convertido em capital adicional, que será utilizado em mais produção. Com isso o capitalista obtém mais lucro para adquirir mais máquinas e força de trabalho, para alcançar mais produção e lucro. Os desejos do capitalista são vencer a concorrência e dominar o mercado, num circuito que impulsiona o capitalismo, gerando um processo crescente de acumulação de capital e ampliação da produção.

Todavia, a transformação da força de trabalho em mercadoria, é essencial para esse processo, e só ocorre com a dissociação entre o trabalhador e os meios de produção, isto é, a força de trabalho só se transforma em mercadoria se o trabalhador não tiver outra coisa a vender a não ser sua força de trabalho. Essa dissociação não é natural, mas resultado de um processo histórico e tem como base a expropriação dos camponeses, que forma libertados das instituições feudais e, também, de sua propriedade sobre os meios de produção.

Deste modo, o ponto de partida do modo de produção capitalista está na denominada ‘acumulação primitiva’, ocorrida no século XVI, quando a exploração feudal foi transformada em capitalista, num processo que levou à separação entre produtor e meio de produção, em Estados nacionais como a Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Nesse processo, a colonização e o povoamento das regiões ultramarinas, entre elas as colônias americanas da Europa, tiveram papéis fundamentais.

Marx (2008) destaca que a produção capitalista encontra limites intransponíveis para a valorização do capital em virtude desta expansão se basear no empobrecimento da massa dos produtores limitando a base de consumo da própria produção.

Isso ocorre, pois, o objetivo do capitalismo é a busca de lucros crescentes, obtidos com o aumento ilimitado da produção através dos aprimoramentos contínuo da produtividade do trabalho, e não a satisfação das necessidades. O método para elevação dos lucros restringe a capacidade de consumo de grande parcela da população, o que acarreta um desequilíbrio estrutural entre a base produtiva, que tende sempre a ultrapassar seus próprios limites, e as dimensões restritas do consumo neste modo de produção.

Por isso, segundo Marx (2008, p. 329): “se o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva social e criar o mercado mundial apropriado, é ele ao mesmo tempo a contradição permanente entre essa tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem”.

Deste modo, em decorrência do aprofundamento das contradições inerentes ao sistema capitalista, Marx (2008) entende que esse sistema está fadado a ser superado por outro, como aconteceu com os sistemas que o antecederam, e afirma que o crescente empobrecimento da classe trabalhadora, associado à forte concentração monopolista do capital, levará à revolução do proletariado e à implantação do comunismo como um meio de resolver tais contradições.

É importante destacar que em toda a obra “O capital” o objetivo de Marx é descrever o modo de funcionamento do sistema capitalista com base no método materialista, no qual a evidência empírica é de extrema importância. Nesta abordagem, uma importante contribuição deste pensador foi a descrição detalhada com base em relatórios de fiscais de fábricas e de relatórios médicos ingleses, das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora de sua época, na qual a maioria vivia em situação de grande pobreza e exploração, enquanto a classe capitalista, cada vez mais diminuta, em razão da centralização o capital, desfrutava de riquezas crescentes, o que justificava sua conclusão da organização da classe trabalhadora para lutar contra a exploração que lhe era infligida pela classe capitalista.

Sua ideologia, sobre uma sociedade mais igualitária, baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, para a qual não haveria necessidade de Estado ou religião, não se encontra descrita em “O capital”, e sim, na obra “Manifesto do Partido Comunista”, publicado em 1848. É desta obra, e não de O capital, a célebre passagem: “Que as classes dominantes tremam ante a revolução comunista. Os proletários nada têm a perder com ela do que seus grilhões. Têm, sim, um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, unam-se!” (MARX, 2012, p. 83).

As contribuições de Marx para a evolução do pensamento econômico são inegáveis. Dentre as principais, é importante destacar a concepção materialista e dialética da história e a interpretação crítica do Capitalismo, com destaque para as leis que constituem e regem este sistema econômico, e, que, no limite de suas contradições, produzirão, segundo Marx, a sua própria superação, conforme já mostrado anteriormente.

Assim, entende-se, neste artigo, que Karl Marx foi um pensador/pesquisador completo. Dedicou-se à filosofia, à história, à ciência social e à economia, tratando tanto da teoria, quanto da prática, inclusive pela participação/militância política revolucionária. Embora tenha falecido praticamente desconhecido pela ciência econômica, é, atualmente, reconhecidamente o pensador social mais influente do século XIX e um dos mais conhecidos e controversos da atualidade.

Embora pouco compreendido no contexto das teorias sociais e econômicas tradicionais e ortodoxas, justamente pela variedade de temas tratados, originalidade e método, Marx deu grandes contribuições ao pensamento econômico, onde se destaca a obra “O capital”.

Nesta obra Marx analisa a economia a partir de uma perspectiva histórica, mostrando que a produção é uma atividade social, que varia de acordo com as épocas e organizações sociais; que o capital não é elemento universal presente em todos os estágios da história da humanidade e que o trabalho gera produção, mas é também, fonte de lucro para os donos do capital, no sistema econômico capitalista.

4 O PENSAMENTO MARXISTA

Na esteira do seu pensamento, vários outros autores surgiram e que podem ser considerados importantes expoentes do pensamento marxista. Entre eles se destacam:

a) Vladimir Ilych Ulyanov (1870-1924): Lênin, como ficou conhecido, foi líder da Revolução Russa de 1917 e presidente do Conselho dos Comissários do Povo. Em 1916, um ano antes da revolução, escreveu “Imperialismo: estado supremo do capitalismo” e, em 1917, “O Estado e a revolução”. Embora Lênin defendesse as ideias de Marx, mostrou que a visão deste autor, de que precisaria haver uma revolução burguesa, para depois se fazer uma revolução popular, só servia para uma Europa em fase inicial de industrialização. Para Lênin, o imperialismo, caracterizado pela concorrência entre os países capitalistas e o expansionismo externo, levava à guerra, gerando condições para a revolução e a implantação do Estado socialista. O que o fez, em 06 de novembro de 1917 ou 24 outubro (pelo calendário russo), tornar-se chefe de governo da República Socialista Federalista Soviética (ARRUDA, 1980).

b) Rosa Luxemburgo (1871-1919): filósofa e economista marxista polaco-alemã, fundadora do Partido Social-Democrata da Polônia e Lituânia, além de ter participado ativamente da Revolução Russa. Escreveu várias obras entre as quais se destacam “A acumulação de capital”, de 1913, e “A Revolução Russa”, de 1918.

c) Paul Sweezy (1910-2004): economista marxista norte-americano, recebeu influências dos escritos de Marx, Rosa Luxemburgo e Michael Kalecki. Entre as suas principais obras se destacam “Teoria do desenvolvimento capitalista”, de 1942, e “Capitalismo monopolista”, de 1966, esta última publicada em coautoria com Paul Baran.

d) Paul Alexander Baran (1910-1964): nascido no Império Russo, onde atualmente é a Ucrânia, Baran morou, também, na Alemanha e mais tarde se mudou para os Estados Unidos onde desenvolveu sua carreira acadêmica. Escreveu, entre outras obras, “Economia política do desenvolvimento” e “Capitalismo monopolista”, em coautoria com Paul Sweezy.

e) Oskar Ryszard Lange (1904-1965): economista e diplomata polonês. Era chamado por seus colaboradores de “[...] um metodólogo, sistematizador dos conhecimentos econômicos, de um lado, e pensador e teórico do socialismo de outro lado” (POMERANZ; FERNANDES, 1981, p. 7). Entre as suas obras principais estão “Introdução à econometria”, “Ensaio sobre a planificação econômica” e “Moderna economia política”.

f) Rudolf Hilferding (1877-1941): médico e economista austríaco, Hilferding também se destacou como líder político da Social Democracia Alemã. Sua mais importante obra foi “O capital financeiro”, publicada em 1910 (COUINHO, 2013).

g) Ernest Ezra Mandel (1923-1995): nascido na Alemanha, foi da resistência ao nazismo, chegando a ser enviado para um campo de concentração. Mudou-se para a Bélgica na década de 1930, dando grande contribuição ao pensamento econômico marxista, além de constituir-se membro ativo da IV Internacional, foi, também, um dos seus principais teóricos. Entre os vários trabalhos escritos por Mandel destacam-se “O capitalismo”, “A teoria do valor trabalho”, “Capitalismo monopolista” e “Teoria marxista de Estado” (IIRE, 2016).

h) Maurice Dobb (1900-1976): economista e historiador britânico. Deu importante contribuição à interpretação do capitalismo, pela ótica marxista. Escreveu vários livros, entre os quais se destacam: “Os salários”, “Crescimento econômico e planejamento”, “Economia política e capitalismo”, “Introdução à economia”, “Capitalismo ontem e hoje” e, o clássico da história econômica mundial, “A evolução do capitalismo”.

i) Outro autor que recebeu grande influência das obras de Marx foi Michael Kalecki (1899-1970), cujas ideias geraram grandes contribuições à ciência econômica no que se refere ao funcionamento e ao desenvolvimento do capitalismo.

Para Marx, em qualquer circunstância ou área do conhecimento, a compreensão da sociedade deve estar baseada no entendimento de como se dão as suas relações econômicas, porém, não somente neste aspecto, pois demanda também a compreensão de suas relações históricas, políticas, filosóficas e ideológicas. Tudo isto, sem esquecer que a base da sociedade, da sua formação, das suas instituições, regras de funcionamento, ideias e valores são as condições materiais.

De acordo com Marx, são as condições materiais que permitem à humanidade se conhecer, compreender sua existência e as possibilidades de transformação. A característica fundamental do homem está no trabalho. Por meio do trabalho o homem faz a história e a transforma. Esta transformação não ocorre de forma harmônica porque é fruto das contradições pela ação dos próprios

homens. Observa-se, portanto, uma evolução significativa em relação ao pensamento econômico clássico e neoclássico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do artigo pode-se observar que Marx deixou um grande legado ao pensamento econômico, inclusive mostrando que não é possível discorrer sobre a evolução desta área da ciência econômica, sem estabelecer relações diretas entre o conhecimento produzido e as transformações e rupturas ocorridas na sociedade, em diferentes momentos históricos. Que implica, ainda, compreender a importância das ideias deixadas pelos diversos pensadores, considerando-se que cada um deles, a seu modo e pelas razões mais diversas, contribuiu de forma significativa para a evolução dessa área da ciência.

Por meio do pensamento de Marx, por exemplo, pode-se observar a estreita relação existente entre as ideias elaboradas no passado e o conhecimento econômico, produzido no presente a respeito do que se entende do capitalismo hoje e da época vivida e pesquisada por Marx. O autor mostrou que a realidade econômica não pode ser analisada e estudada desvinculada dos aspectos sociais, culturais e políticos. Que somente uma análise global é capaz de oferecer plena compreensão à realidade histórica. Inclusive, por isto, no presente artigo, limitou-se a mostrar, sucintamente, como Marx contribuiu à evolução do pensamento econômico, destacando, sobretudo, auxiliou a compreensão da própria realidade imposta pelo Capitalismo.

Em contraposição aos pensadores clássicos e neoclássicos, Marx, partindo de uma crítica teórica das leis de funcionamento do capitalismo, por meio do materialismo histórico e dialético, mostrou as contradições no pensamento dos seus antecessores e, principalmente, do próprio capitalismo.

ABSTRACT. In 2018 is celebrated the 200th anniversary of Karl Marx birth, one of the greatest intellectuals in the contemporary world. His ideas and writings remain relevant and current in many areas of knowledge. The present article aims to discuss some of the ideas of this economist philosopher, aiming to point out his main contributions to the evolution of economic thought. The article is structured in five sections, including the introduction and final considerations. The second section discusses about the historical context lived by Marx and his main Works; the third analyzes some of Marx's contributions to economic thinking, emphasizing the work "The Capital", his ideas, the problems he researched and the solutions presented; the fourth approach some authors who developed their works based on Marx's theories and the final considerations highlight the importance of Marx's thought and studies for the understanding of Capitalism.

Keywords: Political economy. The capital. Marx.

REFERÊNCIAS

- ANDERY, Maria Amália; MICHELETTO, Nilza; SÉRIO, Tereza Maria Pires. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica.** 8. ed. São Paulo: EDUC, 1999.
- ARRUDA, José Jobson. **História moderna e contemporânea.** 12. ed. rev. São Paulo: Ática, 1980.
- CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo.** 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COUTINHO, Mauricio C. Do capital financeiro de Hilferding. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política,** São Paulo, n. 35, p. 5-26, 2013.
- FEIJÓ, R. **História do pensamento econômico.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007
- HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 1988.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica.** Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- IIRE- International Institute for Research and Education. **Ernest Ezra Mandel.** Disponível em: <<http://www.iire.org/the-institute>>. Acesso em: 26 jun. 2016.
- LYRA, Rubens Pinto. **Textos de teoria política.** João Pessoa: UFPB, 1989.
- MARX, Karl. **A miséria da filosofia.** São Paulo: Global, 1985.

- _____. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Moraes, 1985a.
- _____. **O capital**: crítica da economia política. 34. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. Livro Primeiro, Volume I.
- _____. **O capital**: crítica da economia política. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Livro Primeiro, Volume II.
- _____. **O capital**: o processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro terceiro, Volume IV.
- _____. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Penguin Classics/ Companhia de Letras, 2012.
- MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História**: das cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Moderna, 1997.
- OSER, Jacob; BLANCHFIELD, Willin C. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1983.
- PAULO NETTO, J. Introdução. In: MARX, K. **A Miséria da filosofia**. 2. ed. São Paulo: Global, 1985.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964, v. 1.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.
- SOUTO MAIOR, Armando. **História geral**. São Paulo: Nacional, 1978.

Data da submissão: 21 Agosto 2018.

Data do aceite: 11 Setembro 2018.